

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 03.02.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 1 9 - 1

08/09/2005

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA RECLAMAÇÃO 1.197-6 PARAÍBA

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO
RELATOR PARA O : MIN. JOAQUIM BARBOSA
ACÓRDÃO
AGRAVANTE(S) : UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGRAVADO(A/S) : JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 1ª VARA DE
JOÃO PESSOA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DA
PARAÍBA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. JUNTADA DE ACÓRDÃO DA ADC 4-MC. DESNECESSIDADE. PROVIMENTO.

A obrigatoriedade de observância da decisão de liminar, em controle abstrato realizado pelo Supremo Tribunal Federal, impõe-se com a publicação da ata da sessão de julgamento no Diário da Justiça.

O ajuizamento de reclamação independe tanto da publicação do acórdão cuja autoridade se quer garantir (ADC 4-MC) como de sua juntada.

Agravo regimental provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Nelson Jobim, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em dar provimento ao agravo regimental, vencido o ministro Marco Aurélio (relator).

Brasília, 08 de setembro de 2005.


JOAQUIM BARBOSA

- Relator p/ o acórdão



08/09/2005

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA RECLAMAÇÃO 1.197-6 PARAÍBA

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO
RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGRAVANTE(S) : UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGRAVADO(A/S) : JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 1ª VARA DE
JOÃO PESSOA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

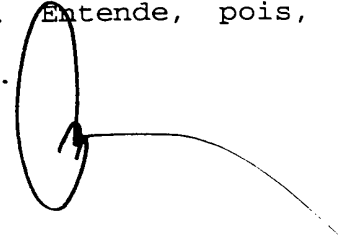
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - À folha 99, prolatei despacho, chamando o processo à ordem para que a União procedesse à juntada da íntegra do acórdão que diz inobservado. Em vez de fazê-lo, interpôs o agravo de folha 107 a 117, sustentando não parecer razoável condicionar o deferimento da inicial ou mesmo o processamento da reclamação à prévia publicação do acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 4-6/DF e à respectiva juntada aos autos. Aduz que as ações diretas de constitucionalidade têm eficácia *erga omnes* e efeito vinculante desde a publicação da ata de julgamento no Diário da Justiça e que o cabimento da reclamação está condicionado, unicamente, à prolação de decisão ofensiva à autoridade de julgado desta Corte. Salieta que conclusão diversa implicaria tolher o direito constitucional de acesso ao Judiciário. Registra, por fim, que a presente reclamação foi ajuizada há seis anos, recebida e processada, tanto que indeferida a liminar pleiteada, havendo o Plenário, posteriormente, modificado tal

Rcl 1.197-Agr / PB

decisão para conceder a medida acauteladora. Entende, pois, não
fazer sentido a exigência da juntada do acórdão.

É o relatório.



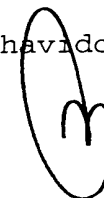
Rcl 1.197-AgrR / PB

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na interposição deste agravo, foram atendidos os pressupostos de recorribilidade que lhe são inerentes. A peça, subscrita pelo Advogado-Geral da União, restou protocolada no prazo dobrado a quem tem jus a União.

Atente-se, inicialmente, para o fato de que, formalizada esta reclamação em novembro de 1999 e distribuída em 12 desse mês, prolatei decisão no dia imediato, indeferindo a medida acauteladora. Deu-se a interposição de agravo, isso em 1º de dezembro de 1999, e, em 3 subsequente, declarei-me habilitado a proceder ao relato e a proferir voto (folhas 48 e 53, respectivamente). O julgamento no Plenário, levando em conta a sobrecarga de processos, somente ocorreu em 9 de setembro de 2004, vindo o Colegiado a deferir medida acauteladora. Assim, o decurso do tempo não pode ser atribuído à retenção do processo no gabinete do relator. É de frisar que a concessão da liminar não obstaculiza o chamamento do processo à ordem, verificada a inexistência de certa peça.

No mais, tem-se, no caso - e isso vem se repetindo em diversos processos -, a inobservância, pela União, da necessidade de juntar, à inicial de reclamação, visando a preservar a autoridade de pronunciamento desta Corte, a íntegra do ato havido como



Rcl 1.197-AgR / PB

desrespeitado, ou seja, do acórdão proferido. Desprovejo o agravo interposto e indefiro a inicial, ante a ausência de atendimento ao despacho de folha 99.

A handwritten mark, possibly a signature or initials, enclosed in a hand-drawn oval. The mark is located to the right of the main text block.

08/09/2005

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NA RECLAMAÇÃO 1.197-6 PARAÍBA

V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA: Senhor Presidente,
peço vênua ao ministro relator, para dar provimento ao agravo.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Barbosa', is written in a cursive style. The signature is positioned centrally on the page, below the text of the vote.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NA RECLAMAÇÃO 1.197-6

PROCED.: PARAÍBA

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S): UNIÃO FEDERAL

ADV.: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S): JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DA 1ª VARA DE JOÃO PESSOA,
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

Decisão: O Tribunal, por maioria, deu provimento ao agravo regimental, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio (Relator). Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello, Eros Grau e, neste julgamento, o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 08.09.2005.

Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto e Joaquim Barbosa.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


p/ Luiz Tomimatsu
Secretário